

Vulnerabilidade e Acesso: Violência de Gênero e Ausência de Políticas de Acolhimento para Mulheres LGBTI

Vulnerability and Access: Gender Violence and the Absence of Support Policies for LGBTI Women

Vulnerabilidad y Acceso: Violencia de Género y Ausencia de Políticas de Acogida para Mujeres LGBTI

Daniella Anatalicio Pereira da Fonseca¹

Emilly Nantes Ferreira²

RESUMO

A violência contra mulheres LGBTI (Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexo) configura-se como uma problemática crescente, conforme evidenciado nos dossiês publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) entre 2020 e 2022. Esse cenário reflete a persistência de discriminações estruturais que impactam a vida dessas mulheres em diferentes contextos, acentuando desafios relacionados à exclusão social, ao preconceito e à vulnerabilidade socioeconômica. Este estudo, ainda em estágio inicial e em processo de aprofundamento, tem como objetivo central analisar os limites e as possibilidades de acesso das mulheres LGBTI a espaços institucionais de proteção e acolhimento. O recorte espacial da pesquisa abrange o município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro, e a metodologia empregada combina revisão bibliográfica com o mapeamento de equipamentos públicos e privados destinados ao atendimento desse público na região. Os resultados preliminares indicam que, embora existam serviços voltados ao acolhimento de mulheres em situação de violência, tais

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista Prodocência e integrante do NETEN (Núcleo de Estudos em Territorialidades Negras e Ensino de Geografia) e integrante do GESDI (Grupo de Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos). E-mail: anatalicio96@gmail.com

² Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista iniciação a docência e integrante do NETEN (Núcleo de Estudos em Territorialidades Negras e Ensino de Geografia). E-mail: emilly.nantes13@gmail.com

instituições não possuem políticas ou protocolos específicos para o atendimento da população LGBTI. Dessa forma, o acesso a esses serviços ocorre majoritariamente em espaços de assistência voltados a um público mais amplo, o que pode representar barreiras institucionais e simbólicas, comprometendo a efetividade do acolhimento. Esses achados reforçam a necessidade de aprofundamento da investigação, de modo a compreender com maior precisão os desafios enfrentados por essas mulheres e subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e especializadas.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres LGBTI. Acolhimento institucional. Violência de Gênero. Interseccionalidade

ABSTRACT

Violence against LGBTI (Lesbian, Bisexual, Transsexual and Intersex) women is a growing problem, as evidenced in the dossiers published by the National Association of Transvestites and Transsexuals (ANTRA) between 2020 and 2022. This scenario reflects the persistence of structural discrimination that impacts the lives of these women in different contexts, accentuating challenges related to social exclusion, prejudice and socioeconomic vulnerability. This study, still in its initial stage and in the process of being deepened, has as its main objective to analyze the limits and possibilities of access of LGBTI women to institutional spaces of protection and shelter. The spatial cut of the research covers the municipality of Maricá, in the state of Rio de Janeiro, and the methodology used combines bibliographic review with the mapping of public and private equipment intended to serve this public in the region. The preliminary results indicate that, although there are services aimed at welcoming women in situations of violence, these institutions do not have specific policies or protocols for the care of the LGBTI population. Thus, access to these services occurs mostly in care spaces aimed at a wider public, which can represent institutional and symbolic barriers, compromising the effectiveness of welcoming. These findings reinforce the need for further investigation, in order to understand more precisely the challenges faced by these women and to support the formulation of more inclusive and specialized public policies.

KEYWORDS: LGBTI women. Institutional care. Gender Violence. Intersectionality

RESUMEN

La violencia contra las mujeres LGBTI (Lesbianas, Bisexuales, Transexuales e Intersexuales) es un problema creciente, como se evidencia en los dossiers publicados por la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA) entre 2020 y 2022. Este escenario refleja la persistencia de una discriminación estructural que impacta la vida de estas mujeres en diferentes contextos, acentuando los desafíos relacionados con la exclusión social, los prejuicios y la vulnerabilidad socioeconómica. Este estudio, aún en su etapa inicial y en proceso de profundización, tiene como objetivo principal analizar los límites y posibilidades de acceso de las mujeres LGBTI a espacios institucionales de protección y refugio. El corte espacial de la investigación abarca el municipio de Maricá, en el estado de Río de Janeiro, y la metodología utilizada combina la revisión bibliográfica con el mapeo de equipamientos públicos y privados destinados a atender a este público en la región. Los resultados preliminares indican que, si bien existen servicios destinados a acoger a mujeres en situación de violencia, estas instituciones no cuentan con políticas o protocolos específicos para la atención de la población LGBTI. Así, el acceso a estos servicios se produce majoritariamente en espacios de atención dirigidos a un público más amplio, que pueden



representar barreras institucionales y simbólicas, comprometiendo la eficacia de la acogida. Estos hallazgos refuerzan la necesidad de profundizar en la investigación, con el fin de comprender con mayor precisión los desafíos que enfrentan estas mujeres y apoyar la formulación de políticas públicas más inclusivas y especializadas.

PALABRAS CLAVE: Mujeres LGBTI. Atención institucional. Violencia de género. Interseccionalidad.

Vulnerabilidades e Resistências: Políticas Públicas e a Luta por Direitos das Mulheres LGBTI

As desigualdades de gênero e o sistema patriarcal estruturam um contexto social de marginalização e violência para as mulheres, realidade ainda mais acentuada no caso das mulheres negras e das mulheres LGBTI (Lésbicas, Bissexuais, Transgênero e Intersexo). O presente estudo busca compreender as múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essa população, analisando como os fatores raça, classe e identidade de gênero se interseccionam na reprodução de desigualdades estruturais. Além disso, investiga-se a atuação das políticas públicas brasileiras voltadas à proteção e promoção dos direitos das mulheres LGBTI, bem como os desafios persistentes na implementação dessas medidas. A partir da revisão de literatura e da análise de relatórios e pesquisas recentes, discute-se a insuficiência das ações

governamentais diante da violência estrutural e da exclusão social enfrentada por essas mulheres, destacando a necessidade de políticas mais eficazes e interseccionais.

As mulheres, de modo geral, enfrentam diversas formas de vulnerabilidade que são reflexos de uma sociedade estruturada em desigualdades de gênero e em um sistema patriarcal. Essas vulnerabilidades se manifestam em diferentes esferas, incluindo violência, discriminação e assédio, fatores que contribuem para a marginalização e a limitação de oportunidades. No caso das mulheres LBTI (Lésbicas, Bissexuais, Transgênero e Intersexo), essas condições se agravam, como evidenciado nos Dossiês de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras, publicados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) entre 2019 e 2023. Além disso, a escassez de espaços específicos de apoio e acolhimento para essa população ressalta a necessidade urgente de aprofundar os estudos sobre suas realidades e desafios.

O termo LBTI refere-se a um grupo heterogêneo de mulheres cujas trajetórias se entrelaçam às lutas da comunidade LGBTQIAPN+ e ao movimento feminista. No entanto, essas mulheres enfrentam desafios específicos e diferenciados em sua existência e resistência cotidiana. Em particular, mulheres transgênero e intersexo são frequentemente expostas a barreiras adicionais, como o acesso precário a serviços de saúde, a exclusão do mercado de trabalho formal, a violência sistemática e a discriminação social, fatores que, em muitos casos, resultam em risco iminente de morte. Ainda assim, esse grupo se mantém ativo na reivindicação de direitos, na luta pela inclusão e na defesa da diversidade dentro e fora da comunidade LGBTQIAPN+.

Entre os diferentes recortes dentro da população LBTI, as mulheres transgênero e transexuais negras e pardas apresentam as maiores taxas de violência letal, conforme apontam Nunes e Santos (2023). Esse dado evidencia a interseccionalidade das opressões vivenciadas por essas mulheres, que combinam transfobia, racismo e desigualdade socioeconômica. Assim, torna-se imprescindível a construção de políticas públicas eficazes que contemplem suas demandas específicas e promovam a garantia de direitos fundamentais, visando a superação das múltiplas formas de exclusão e violência às quais estão submetidas.

A interseccionalidade de situações de opressão desferidas contra a população transgênero demonstra que dentro do mesmo movimento LGBTQIA+ os(as) transgêneros estão em situação de vulnerabilidade e dentro dos próprios integrantes da letra T (transgêneros) existindo assim um grupo que detém múltiplos marcadores sociais (mulheres trans negras). (Nunes, Santos, 2023, p. 14)

A história das mulheres LBTI é marcada por resistências e desafios estruturais que perpetuam sua exclusão social e a violência que enfrentam cotidianamente. Suas lutas são frequentemente marginalizadas, seus corpos sofrem múltiplas formas de violência e suas vivências são

invisibilizadas dentro das dinâmicas sociais, políticas e institucionais. Como aponta hooks (1984), o feminismo deve ser um movimento inclusivo, não se limitando à questão de gênero, mas considerando as intersecções entre raça, classe, sexualidade e identidade de gênero. A luta pelos direitos das mulheres LGBTI, portanto, não pode ser dissociada do combate às opressões estruturais que moldam a sociedade e restringem suas oportunidades.

A necessidade de aprofundamento dos estudos sobre as experiências das mulheres LGBTI se impõe como um instrumento essencial para compreender a complexidade das violências que esses corpos enfrentam. A discriminação, o preconceito e a exclusão social são dimensões interligadas que operam em múltiplos contextos, desde o acesso à saúde e à educação até a inserção no mercado de trabalho e a possibilidade de usufruir de espaços urbanos de forma segura. A produção de dados, como os Dossiês de Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras da ANTRA e o relatório "Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021", de Lenzi, Gonçalves e Gastaldi, evidencia a urgência da implementação de políticas públicas específicas para mitigar essas vulnerabilidades. Cada assassinato registrado é um reflexo das falhas institucionais na proteção dessa população e deve ser analisado não como um evento isolado, mas como parte de um sistema que perpetua desigualdades e exclusões.

Além da ausência de políticas públicas específicas, a escassez de espaços de acolhimento e a falta de um debate aprofundado sobre as experiências dessas mulheres contribuem para a perpetuação de sua invisibilidade social. Pesquisa realizada por Santos (2018; 2021) identifica que mulheres em situação de violência enfrentam dificuldades no acesso aos espaços de acolhimento e proteção, seja devido às barreiras de deslocamento na cidade, seja em função das limitações no atendimento e acesso a esses serviços. Ao realizar um estudo em escala local, com base nos dados do Dossiê Mulher, a autora evidencia tais obstáculos e suas implicações.

Assim, ao trabalhar o circuito espacial de violência em São Gonçalo, observa-se que as estruturas físicas dos espaços de denúncia, apoio e atendimento são muito distintas entre si, impossibilitando o acesso e auxílio para a denúncia e seus desdobramentos. É indispensável que as vítimas de qualquer violência tenham facilidade no acesso desses espaços, além de atendimento qualificado e medidas para além das que têm sido propostas de forma mais efetiva. De forma a acolher a tranquilizar a vítima, para que tenha melhor condição de sair da situação de violência. Sugere-se, que providências de enfrentamento a essa problemática sejam implantadas imediatamente, seja pelos governos municipais, estaduais e federais, além de campanhas de conscientização sobre as formas e canais de denúncia e identificação da violência. Ademais, realização de ações que auxiliem mulheres a se sentirem seguras e confiantes em estar nesses espaços de apoio e proteção. (Santos, 2021, p.117)

A pesquisa aprofundada de Santos (2021) evidencia que a violência cometida contra os corpos femininos representa uma das questões mais complexas e urgentes a serem debatidas e

enfrentadas pela sociedade contemporânea. O estudo ressalta a necessidade de conferir visibilidade a essa problemática, uma vez que diferentes formas de violência atingem mulheres em todo o mundo, refletindo padrões históricos de desigualdade e opressão. Diante desse cenário, torna-se fundamental recorrer a aportes teóricos que permitam compreender como tais desigualdades são produzidas e mantidas socialmente.

Nesse contexto, a perspectiva teórica de Butler (2020a) acerca da noção de corpos abjetos possibilita compreender como determinados corpos são marginalizados e rejeitados, sendo considerados mais ou menos dignos de reconhecimento e proteção social. Essa marginalização não se restringe à identidade de gênero, mas articula-se também com outros marcadores sociais da diferença, como raça e classe, ampliando os processos de exclusão e vulnerabilização. Assim, ao ampliar o debate para além do gênero, torna-se possível analisar como múltiplas dimensões sociais operam simultaneamente na produção das desigualdades.

Nessa mesma direção, Silva (2011, 2014) contribui para a reflexão ao destacar que a vivência dos espaços não ocorre de maneira homogênea, mas é atravessada por desigualdades estruturais. Corpos trans e negros, por exemplo, enfrentam barreiras específicas no acesso e na apropriação dos espaços geográficos, evidenciando que o território não é neutro, mas historicamente construído de forma a reproduzir e perpetuar opressões. A partir dessa compreensão sobre a produção social das desigualdades espaciais, torna-se necessário ampliar a análise para os mecanismos cotidianos que sustentam tais exclusões.

Nesse sentido, Grada Kilomba (2019), em seu livro *Memórias da Plantação – Episódios de Racismo Cotidiano*, contribui para aprofundar essa discussão ao demonstrar que o racismo não é um fenômeno isolado, mas um sistema cultural continuamente reproduzido em práticas diárias. Dessa perspectiva, emergem questionamentos acerca dos centros de acolhimento destinados a mulheres em situação de violência, os quais serão explorados mais adiante: como o racismo — que também constitui uma forma de violência — influencia o acesso dessas mulheres aos centros de acolhimento? Há diferenças no tratamento destinado a mulheres cis e trans, negras e brancas? Em que medida o racismo cotidiano pode se reproduzir nesses espaços que deveriam promover proteção e cuidado, e como essas mulheres são efetivamente tratadas? A autora também discute o silenciamento imposto às mulheres negras, cujas experiências são frequentemente minimizadas, deslegitimadas ou até mesmo negadas.

Diante dessas problematizações, a interseccionalidade, conforme expõe Collins (2021), emerge como um conceito central para essa discussão, uma vez que possibilita compreender como diferentes eixos de opressão — gênero, raça, classe e sexualidade — se entrecruzam na construção das experiências das mulheres LGBTI. Complementando essa perspectiva, Louro (2004) aponta que o corpo feminino é alvo de múltiplas violências, que variam conforme seus

marcadores identitários. Assim, as leituras sociais que determinam quais corpos são passíveis de violência extrapolam a questão de gênero e adentram um campo mais amplo de rejeição e marginalização, no qual determinados corpos são sistematicamente desumanizados e tornados mais vulneráveis à exclusão social.

Dessa forma, ao problematizar as formas de violência contra os corpos femininos, torna-se fundamental reconhecer a complexidade dessas experiências e a necessidade de políticas públicas que levem em conta as múltiplas opressões que atravessam as mulheres. Somente por meio de um olhar interseccional e crítico será possível enfrentar essas desigualdades e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Partindo dessa perspectiva ampliada, torna-se necessário aprofundar a compreensão do corpo enquanto categoria central de análise social.

O corpo, entendido aqui como um objeto de estudo, exige atenção para as relações de poder que o circundam, o violentam e o subordinam, sendo essas relações construídas historicamente por meio de processos culturais e econômicos. Assim, é fundamental que a pesquisa sobre as mulheres LGBTI avance no sentido de compreender como essas dinâmicas se manifestam em diferentes contextos e quais são as possibilidades concretas de resistência e transformação social. Nesse cenário, a análise das políticas públicas surge como um campo essencial para observar como tais relações de poder se materializam institucionalmente.

Sob essa ótica, Rocon et al. (2024) analisam, em seu artigo, as políticas públicas de saúde no Brasil e sua capacidade de atender às necessidades específicas de mulheres lésbicas e bissexuais, destacando tanto os desafios quanto os avanços no acesso aos serviços de saúde. Um dos principais problemas apontados é o desinteresse, por parte dos serviços de saúde pública, em registrar e considerar a orientação sexual das pacientes. Segundo as entrevistadas, essa informação é fundamental para qualificar o processo de cuidado e garantir um atendimento mais adequado, evidenciando como a invisibilização institucional pode reforçar desigualdades já presentes nas experiências sociais dessas mulheres.

Além disso, o estudo evidencia relatos de violência institucional praticada por profissionais de saúde, incluindo a deslegitimação da sexualidade dessas mulheres. Algumas entrevistadas mencionam situações de desumanização nos atendimentos, em que a revelação de sua orientação sexual resultou em maior exposição a processos discriminatórios. Essas práticas reforçam barreiras no acesso à saúde, comprometendo a qualidade do atendimento e contribuindo para a marginalização dessa população.

O artigo de Miskolci et al. (2022) analisa os desafios enfrentados pela população LGBTI+ no Brasil no acesso aos serviços de saúde, com ênfase nas experiências de mulheres lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo. A pesquisa utiliza uma abordagem metodológica

diversificada para identificar as barreiras estruturais e institucionais que limitam a equidade no atendimento.

O estudo destaca que a noção de saúde específica para a população LGBTI+ é uma construção recente, o que evidencia a necessidade de desenvolver políticas e práticas de cuidado mais inclusivas. Para isso, torna-se fundamental um aprofundamento nas demandas particulares dessa população, considerando tanto os impactos da discriminação quanto as especificidades biomédicas e psicossociais envolvidas. Os autores ressaltam a importância de um olhar atento e sensível por parte da ciência, dos profissionais de saúde e dos gestores da rede pública, a fim de garantir que as políticas de saúde avancem para além da universalização genérica, incorporando perspectivas interseccionais e pautadas na equidade.

Nesse sentido, o artigo contribui para a reflexão sobre a urgência de estratégias que qualifiquem o atendimento, tanto do ponto de vista conceitual, com a produção de teorias que orientem práticas mais eficazes, quanto no aprimoramento de políticas públicas que reconheçam e enfrentam as desigualdades estruturais vivenciadas por essa população.

O artigo de Mello et. al. (2014) complementa esse debate por expor a análise das políticas públicas voltadas à população LGBT no Brasil que revela um paradoxo: apesar dos avanços normativos e institucionais, a violência e a discriminação persistem de forma estrutural. Medidas como a criação de delegacias especializadas, núcleos de atenção nas defensorias públicas e registros de homofobia nos boletins de ocorrência são importantes, mas insuficientes diante da profundidade do preconceito arraigado na sociedade.

A resistência à criminalização da violência homofóbica no âmbito federal evidencia a influência do conservadorismo religioso na formulação de políticas públicas e a fragilidade da laicidade estatal. Embora legislações regionais tenham sido implementadas, sua abrangência limitada dificulta uma resposta efetiva. Paralelamente, debates em conferências e seminários nacionais impulsionam ações no campo da segurança pública, ainda que sua concretização seja incipiente. Documentos governamentais, como o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, demonstram intenção política, mas sua implementação carece de maior alcance e efetividade.

No contexto das políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil, torna-se essencial fortalecer a articulação entre Estado e sociedade civil na construção de iniciativas eficazes, garantindo espaços de deliberação e controle social. A superação da violência e da discriminação exige a afirmação da dignidade e da cidadania plena dessa população.

A legislação voltada para a proteção das mulheres LBTI em situações de violência ainda enfrenta desafios significativos, apesar de avanços importantes no campo jurídico e

institucional. Em muitos países, as leis de proteção contra violência doméstica e de gênero incluem todas as mulheres, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. No entanto, há nações onde a violência é generalizada e, em alguns casos, até incentivada pelo próprio Estado, evidenciando que a existência formal de normas jurídicas não garante, por si só, a efetiva proteção social. Nesse sentido, o debate contemporâneo sobre direitos humanos tem destacado a necessidade de que a legislação incorpore perspectivas interseccionais, capazes de reconhecer vulnerabilidades específicas.

No Brasil, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) constitui o principal instrumento legal de proteção contra a violência doméstica e familiar, abrangendo agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais. Embora a legislação se aplique a todas as mulheres, sua implementação em contextos envolvendo casais homoafetivos e mulheres trans ainda enfrenta desafios institucionais e interpretativos. O debate jurídico avançou significativamente em março de 2021, quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu que mulheres trans têm direito à proteção prevista na Lei Maria da Penha, reafirmando que a norma deve ser aplicada a toda pessoa que se identifique socialmente como mulher, independentemente do sexo biológico. Tal decisão representa um marco na ampliação da compreensão jurídica do conceito de gênero no ordenamento brasileiro.

Paralelamente, outros dispositivos normativos reforçam o reconhecimento da identidade de gênero como elemento central na garantia de direitos. O Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, ao assegurar o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero no âmbito da administração pública federal, contribui para a redução de práticas institucionais discriminatórias, ainda que seus efeitos dependam da implementação efetiva nas políticas públicas locais. Esses avanços indicam uma progressiva incorporação das demandas da população LGBTQIA+ no campo jurídico, embora persistam lacunas na operacionalização dessas garantias.

Entretanto, torna-se necessário aprofundar o debate acerca das especificidades das violências enfrentadas por mulheres LGBTI, como o estupro denominado “corretivo”, a violência familiar motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, a expulsão do ambiente doméstico, os crimes de ódio e o feminicídio direcionado a corpos dissidentes. Tais formas de violência evidenciam limites das categorias jurídicas tradicionais, frequentemente construídas a partir de experiências cisheteronormativas, o que demanda revisões interpretativas e políticas públicas mais inclusivas. Nesse contexto, algumas legislações passaram a reconhecer a necessidade de tipificação e enfrentamento específico dos crimes de ódio contra essa população.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019, equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo previsto na Lei nº 7.716/1989, garantindo maior proteção jurídica à população

LGBTQIA+. Ainda assim, a permanência de altos índices de violência demonstra que a efetividade dessas normas depende da articulação entre legislação, políticas públicas de acolhimento e a transformação das práticas institucionais e sociais. Desse modo, evidencia-se que o reconhecimento jurídico, embora fundamental, não é suficiente para assegurar a proteção concreta dessa população sem a implementação de mecanismos institucionais eficazes.

Mulheres LGBTI vítimas de violência podem recorrer a medidas protetivas semelhantes às concedidas a outras mulheres. No entanto, pesquisas indicam a existência de dificuldades no acesso ao atendimento especializado, frequentemente marcadas pelo preconceito estrutural presente nas instituições. Essa realidade revela limites na aplicação prática das garantias legais e reforça a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas ao atendimento dessas mulheres. Nesse sentido, torna-se necessária a criação de legislações específicas para o enfrentamento de crimes de ódio e violências direcionadas à população LGBTI, bem como a capacitação contínua de profissionais da segurança pública e do sistema de justiça para assegurar um atendimento respeitoso, qualificado e eficaz. A ampliação de políticas públicas, incluindo abrigos seguros e assistência jurídica gratuita, apresenta-se como medida fundamental para garantir proteção integral a essa população.

Este estudo busca compreender as origens dessas violências e os caminhos possíveis para enfrentá-las. A pluralização do debate sobre os corpos das mulheres LGBTI mostra-se essencial para ampliar as análises e propor novos marcos interpretativos capazes de abarcar a complexidade dessas experiências. A realidade vivenciada por essas mulheres no Brasil reflete a intersecção de múltiplas formas de opressão, evidenciando a persistência da violência, do preconceito e da marginalização social. Assim, apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas, as políticas públicas destinadas a essa população ainda permanecem limitadas e insuficientes diante das demandas existentes.

Nesse contexto, o fortalecimento da articulação entre Estado e sociedade civil torna-se elemento central para a construção de políticas inclusivas que garantam segurança, dignidade e cidadania plena às mulheres LGBTI. A ampliação do debate acadêmico e político sobre essas questões é igualmente essencial para a formulação de estratégias capazes de enfrentar desigualdades estruturais, promover o reconhecimento dessas existências e consolidar direitos historicamente negados.

Procedimentos Metodológicos do Mapeamento dos Equipamentos Institucionais

O presente artigo encontra-se em estágio inicial, caracterizando-se como uma pesquisa de natureza exploratória. Nessa perspectiva, o objetivo desta etapa consiste na realização de um



diagnóstico territorial preliminar acerca da existência, distribuição espacial e acessibilidade dos equipamentos institucionais voltados ao acolhimento de mulheres em situação de violência no município de Maricá (RJ), com especial atenção às mulheres LGBTI.

A pesquisa integra o projeto de extensão intitulado “*Distribuição e organização espacial dos centros de apoio e atendimento à mulher na Região Grande Niterói – RJ*”, cujo objetivo principal é localizar, cartografar e analisar os pontos de apoio e proteção à mulher nos municípios de São Gonçalo, Maricá e Niterói, no estado do Rio de Janeiro. O projeto busca problematizar a distribuição desses equipamentos no espaço urbano, utilizando a cartografia como ferramenta analítica para evidenciar formas de exclusão socioespacial e compreender como a organização territorial pode reproduzir desigualdades estruturais associadas às relações de gênero.

Nesse sentido, pretende-se realizar diagnósticos territoriais, analisar as dinâmicas espaciais a partir dos mapas produzidos e refletir sobre a cidade e suas formas de exclusão, especialmente no que se refere à circulação e ao acesso de mulheres que vivenciam ou vivenciaram situações de violência.

No âmbito dessa iniciativa, são disponibilizadas duas bolsas de graduação — Prodocência e Estágio Interno Complementar (EIC) — vinculadas a UERJ, viabilizando a participação ativa de discentes na produção científica e no aprofundamento das discussões sobre gênero, territorialidade e violência. As pesquisadoras vinculadas a este artigo integram essa equipe, contribuindo para a construção e análise dos dados apresentados.

A metodologia adotada na pesquisa fundamenta-se na observação e análise de dados, articulando um levantamento bibliográfico com informações do Instituto de Segurança Pública (ISP), extraídas dos relatórios do *Dossiê Mulher* entre os anos de 2004 e 2018. Contudo, a análise desses materiais revela uma limitação significativa: a ênfase em relações heterossexuais entre pessoas cisgênero, o que resulta na invisibilização e no apagamento das violências sofridas por mulheres de outras identidades de gênero e orientações sexuais. Essa lacuna na coleta de dados compromete a formulação e implementação de políticas públicas eficazes, pois não contempla a diversidade das experiências femininas e as distintas vulnerabilidades a que determinados grupos estão expostos.

O projeto teve início em 2022 e, ao longo do processo investigativo, foram identificadas barreiras relacionadas ao deslocamento das pesquisadoras e ao acesso direto às instituições. Para enfrentar tais limitações, foram adotadas estratégias alternativas de contato institucional, incluindo comunicação por redes sociais, consulta a sites oficiais, ligações telefônicas e envio

de e-mails institucionais, possibilitando a coleta e verificação das informações necessárias ao mapeamento.

A pesquisa não obteve atualizações significativas desde sua apresentação no 3º Seminário Internacional Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia – Trajetórias interrompidas e caminhos possíveis, realizado em 2024, uma vez que as bolsistas passaram a desenvolver outros projetos acadêmicos e as atividades ainda não foram retomadas.

Violência de Gênero e a Ausência de Políticas de Acolhimento: A Vulnerabilidade de Mulheres LGBTI em Maricá (RJ)

O Brasil apresenta índices alarmantes de violência de gênero, figurando entre os países com as maiores taxas de feminicídio e sendo, consecutivamente, o país que mais assassina pessoas trans e travestis no mundo. A análise dos Dossiês de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, elaborados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), evidencia a seletividade da violência letal, direcionada de forma desproporcional a corpos historicamente marginalizados. Nesse contexto, torna-se evidente que há corpos considerados "matáveis" dentro da lógica excludente da sociedade, sendo eles majoritariamente corpos femininos – mulheres cisgênero, mulheres trans, travestis e, em especial, mulheres trans e travestis negras e pardas. Trata-se de grupos que enfrentam barreiras diárias para garantir sua sobrevivência, mulheres que reivindicam o direito à escuta, travestis que demandam respeito por suas identidades e mulheres negras que lutam por dignidade e reconhecimento. Esses corpos, alvo da violência sistemática, são também os mais expostos à ausência de políticas públicas eficazes de proteção e acolhimento.

Diante dessa realidade, torna-se essencial analisar os espaços institucionais voltados à proteção dessas populações. No contexto da pesquisa realizada na região de Maricá (RJ), identificou-se uma carência significativa de centros de acolhimento específicos para mulheres LGBTI em situação de vulnerabilidade. Apesar de essas mulheres serem as principais vítimas da violência de gênero, não há políticas direcionadas que garantam atendimento qualificado e seguro. Essa lacuna é ainda mais evidente quando se trata da assistência a mulheres trans e travestis, para as quais não se encontram espaços especializados e capacitados para atender suas demandas específicas.

A pesquisa surgiu da necessidade de compreender como a violência de gênero se manifesta de forma interseccional, atingindo especialmente mulheres LGBTI (Lésbicas, Bissexuais, Transgênero e Intersexo) em situação de vulnerabilidade. Desde o início, o objetivo central foi

investigar a existência – ou a ausência – de espaços de acolhimento e proteção para essas mulheres, tomando como recorte espacial o município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa teve início com um levantamento bibliográfico, essencial para fundamentar teoricamente a problemática estudada. Foram analisados os Dossiês de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, produzidos pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de outros relatórios sobre a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. O cruzamento desses dados revelou um padrão preocupante: a violência de gênero atinge com mais intensidade corpos dissidentes, sendo as mulheres trans e travestis negras e pardas as principais vítimas de assassinatos.

O recorte espacial da pesquisa – Maricá – Rio de Janeiro - Brasil

O município de Maricá, localizado no estado do Rio de Janeiro, possui uma área territorial de 362,48 km² e está dividido em quatro distritos: Maricá (sede), Inoã, Itaipuaçu e Ponta Negra. Nos últimos anos, o município passou por um processo acelerado de crescimento populacional e territorial, alcançando aproximadamente 197 mil habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações oficiais da Prefeitura Municipal.

A escolha do município de Maricá como recorte espacial desta pesquisa fundamenta-se em sua inserção no projeto de extensão voltado à análise da distribuição dos equipamentos de acolhimento à mulher na Região Grande Niterói, bem como nas transformações socioespaciais decorrentes do recente crescimento urbano e populacional observado no município. Apesar dessa expansão, observam-se indícios de desigualdade na oferta e na distribuição territorial dos serviços de proteção social, especialmente aqueles voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência. Nesse sentido, Maricá configura-se como um território estratégico para investigar as relações entre organização espacial, acesso a políticas públicas e vulnerabilidades interseccionais enfrentadas por mulheres LGBTI, permitindo analisar como as dinâmicas locais refletem desafios estruturais mais amplos presentes no cenário brasileiro.

No âmbito dessas dinâmicas territoriais, torna-se relevante considerar como políticas urbanas e sociais interagem na produção — ou na limitação — do acesso efetivo aos serviços públicos. Nesse contexto, destaca-se que o município de Maricá possui políticas públicas voltadas à mobilidade urbana, como a oferta de transporte público gratuito por meio do sistema municipal, iniciativa que representa um avanço na ampliação do direito à cidade e na redução de barreiras econômicas de deslocamento.

Entretanto, a gratuidade do transporte, por si só, não garante o acesso efetivo das mulheres LGBTI aos serviços de acolhimento, uma vez que persistem obstáculos territoriais, institucionais e simbólicos relacionados à distância entre bairros periféricos e os centros de atendimento, à insegurança nos deslocamentos e à ausência de divulgação adequada dos serviços disponíveis.

Dessa forma, evidencia-se que a ampliação do acesso não depende exclusivamente da infraestrutura física ou da mobilidade urbana, mas também da construção de estratégias institucionais capazes de aproximar os serviços das populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, torna-se fundamental a implementação de campanhas permanentes de acolhimento e conscientização, bem como a formação continuada de profissionais da assistência social, da segurança pública e, especialmente, de agentes da área da saúde, preparados para atuar em diálogo com populações vulnerabilizadas e atentos à identificação de situações de violência de gênero e LGBTfóbica.

Tais iniciativas contribuem para reduzir barreiras simbólicas e institucionais que frequentemente desestimulam a busca por atendimento, fortalecendo redes de proteção territorializadas e mais acessíveis. A construção de políticas públicas efetivas exige não apenas infraestrutura institucional, mas também equipes capacitadas, sensíveis às especificidades dessas vivências e comprometidas com práticas de atendimento humanizadas e inclusivas.

Destaca-se que a identificação dessa dificuldade no decorrer da pesquisa não implica afirmar que tais espaços institucionais não realizem atendimento a essa população. Ao contrário, evidencia-se a existência de barreiras relacionadas, sobretudo, à identificação de serviços específicos de atendimento e acolhimento, o que pode gerar sentimentos de insegurança e hesitação na busca por apoio. Essa situação torna-se ainda mais significativa considerando que essas mulheres vivenciam, cotidianamente, experiências de exclusão, invisibilização e silenciamento social, fatores que intensificam a necessidade de referenciais institucionais claros, acessíveis e reconhecidos como espaços seguros.

Nesse cenário, a análise da distribuição espacial dos equipamentos de acolhimento torna-se fundamental para compreender os limites concretos da rede de proteção existente. Entretanto, apesar desse crescimento significativo, a oferta de espaços institucionais voltados ao acolhimento e apoio de mulheres em situação de vulnerabilidade permanece limitada. No processo de identificação desses equipamentos, foram encontrados apenas quatro centros de

acolhimento, dos quais três estão concentrados no distrito-sede, enquanto o quarto localiza-se em um bairro adjacente, conforme apresentado no Mapa 1.

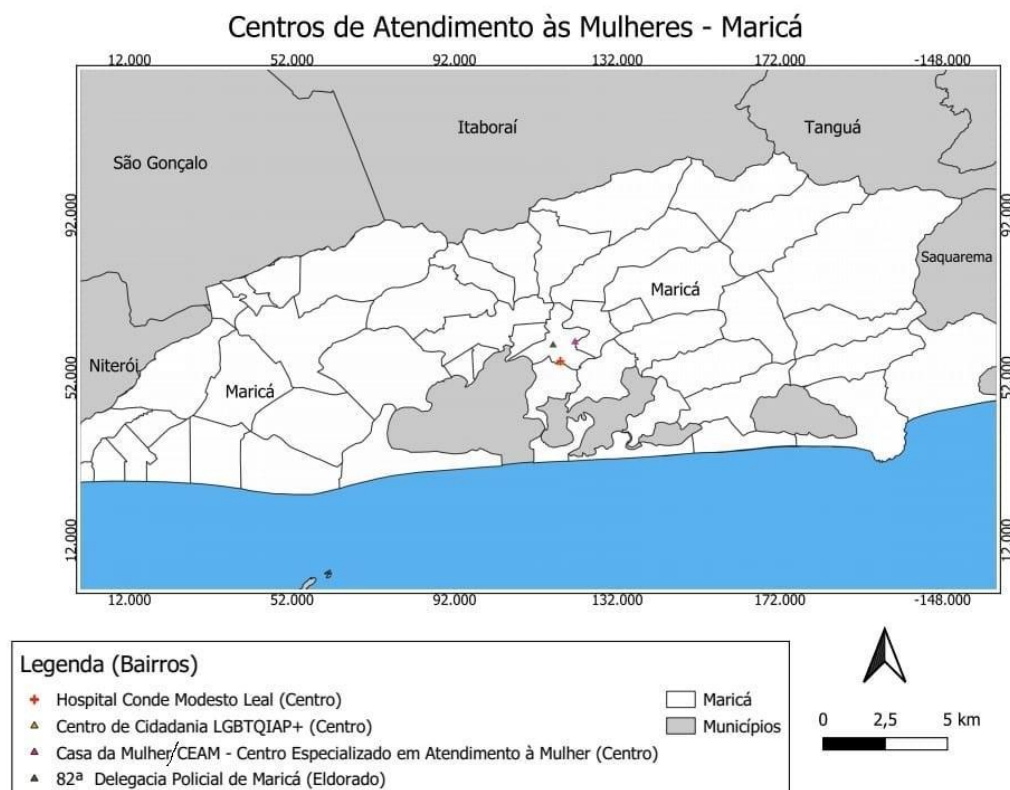


Figura 1: Centros de acolhimento de Maricá

Fonte: Emily Nantes Ferreira, Pesquisa de Campo

Essa discrepância entre a expansão urbana e a distribuição desigual da infraestrutura de acolhimento levanta questionamentos sobre a efetividade dos serviços prestados. A limitação no número de centros de apoio pode decorrer de uma real ausência dessas instituições ou, alternativamente, de uma falta de divulgação e transparência sobre sua existência e funcionamento.

Além disso, emerge um debate crucial: os serviços disponíveis atendem plenamente às necessidades de todas as mulheres, independentemente de sua identidade de gênero? Questões como a inclusão de mulheres trans e travestis nesses espaços e a capacitação das equipes para

lidar com a diversidade de demandas são centrais nessa análise. As políticas públicas existentes reconhecem essas mulheres como usuárias legítimas dos serviços? Há preparo técnico e humanizado por parte dos profissionais para atender de maneira adequada essas populações?

Diante dessas indagações, torna-se fundamental discutir se a solução mais eficaz seria a criação de espaços exclusivos para mulheres trans e travestis ou, alternativamente, a capacitação das equipes já existentes, garantindo que todos os serviços de acolhimento sejam inclusivos e acessíveis a todas as mulheres, independentemente de sua identidade de gênero. Também, entendemos o quanto a nossa pesquisa é relevante para que consigamos contribuir para políticas públicas e com a divulgação das instituições com a finalidade de que às tenham acesso e conhecimento a esses locais.

A ausência de centros específicos para mulheres trans e travestis reforça um padrão estrutural de invisibilização e exclusão. A literatura acadêmica e os dossiês sobre violência de gênero no Brasil (ANTRA, 2019-2023) apontam que corpos dissidentes enfrentam um contexto de violência interseccional, no qual gênero, raça e classe social operam conjuntamente para definir o nível de vulnerabilidade de determinadas populações. Como Butler (2020a) e Silva (2011, 2014) demonstram, a leitura social sobre quais corpos são reconhecidos e legitimados em espaços institucionais determina sua aceitação ou rejeição dentro das estruturas de poder.

A problemática apresentada permite refletir sobre o papel das políticas públicas na promoção da equidade de gênero e no enfrentamento da violência contra mulheres cis e trans. É fundamental considerar que a mera existência de centros de acolhimento não garante, por si só, a acessibilidade e efetividade do atendimento. Questões como a capacitação profissional, a adequação das abordagens e o reconhecimento da diversidade das experiências femininas são aspectos essenciais para a construção de serviços mais humanizados e inclusivos.

Surge, então, um impasse: a criação de espaços exclusivos para mulheres trans e travestis seria a melhor solução ou aprofundaria sua segregação? A alternativa mais promissora parece ser a capacitação de profissionais e a adaptação dos serviços já existentes para que contemplem todas as mulheres, sem reforçar processos de exclusão. Esse processo, no entanto, exige um olhar interseccional e comprometido com a desconstrução das normatividades de gênero que historicamente estruturam as políticas públicas.

A pesquisa realizada permite não apenas identificar lacunas na oferta desses serviços, mas também provocar um debate mais amplo sobre a forma como diferentes corpos femininos são tratados pelo Estado e pela sociedade. A luta pelo reconhecimento das mulheres trans e travestis como sujeitas de direitos é parte essencial da agenda feminista e dos movimentos sociais. Como enfatiza Hooks (1984), um feminismo verdadeiramente inclusivo precisa considerar as

múltiplas dimensões de opressão que moldam as experiências das mulheres, reconhecendo suas especificidades sem hierarquizá-las.

Dessa forma, este estudo inicial reforça a necessidade de aprofundamento teórico e metodológico sobre a distribuição dos serviços de acolhimento e as formas de violência enfrentadas por diferentes grupos de mulheres. Com base nessas análises, novas investigações poderão contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes, inclusivas e alinhadas às necessidades reais da população.

Considerações Finais

A presente pesquisa revela um cenário alarmante de exclusão e vulnerabilização enfrentado pelas mulheres LGBTI, em particular pelas mulheres trans e travestis negras e pardas, cujas experiências são atravessadas por múltiplas formas de violência e desigualdade social. Em Maricá, apesar do crescimento populacional e territorial, observa-se de forma evidente a insuficiência de centros institucionais de acolhimento voltados a essas populações, levando em consideração que a maior parte dos equipamentos encontra-se concentrada na região central da cidade, o que dificulta significativamente o acesso ao acolhimento por mulheres residentes em áreas mais distantes, ampliando barreiras territoriais ao acesso às políticas públicas.

É de extrema importância que o estado e a sociedade civil reconheçam o quão é urgente o desenvolvimento de políticas públicas que garantam a dignidade e a segurança das mulheres LGBTI. Criando mais espaços específicos e capacitando profissionais para que consigam atender essas mulheres de maneira inclusiva e respeitosa. A inclusão desses corpos na agenda pública não é apenas uma questão de justiça social, mas sim uma urgente necessidade de assegurar que todas as mulheres tenham seus direitos fundamentais garantidos, principalmente o direito à vida.

Reconhecendo o caráter exploratório desta pesquisa, destacamos a importância da continuidade do nosso trabalho por meio da atualização do mapeamento territorial, do aprofundamento metodológico e da produção sistemática de dados sobre as violências enfrentadas por essas populações, contribuindo assim para a criação de políticas públicas mais eficazes. A luta pela inclusão e pelos direitos deve ser uma luta compartilhada por todas, todos e todes, refletindo o compromisso coletivo na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag; Expressão Popular, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 29 abr. 2016.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça (STJ). Aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres trans**. Brasília: STJ, 2021.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2009.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADO 26 e MI 4733. **Criminalização da homofobia e transfobia como forma de racismo**. Brasília, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: N-1 Edições, 2020a.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020b.

COLLINS, P. H., & BILGES, S. (2021). **Interseccionalidade**. Boitempo.

DIAGNÓSTICO LGBTI. Disponível em: <https://www.gdn.org.br/diagnosticolbti>. Acesso em: 25 ago. 2024.

GAMA, Renata. **Nossa história. Maricá**. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/marica>. Acesso em: 25 ago. 2024.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro (1984)**. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados: Maricá (RJ)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 ago. 2024.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP-RJ). **Dossiê Mulher - ISP Visualização**. Disponível em: <http://www.ispvisualizacao.rj.gov.br/Mulher.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.)

LENZI, Maria Helena; GONÇALVES, Tiago Cargin; GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga. **Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil em 2021: uma análise da dimensão espacial da violência**. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, v. 14, n. 1, p. 228-244, 2023. ISSN 2177-2886.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NUNES, Rafael; SANTOS, Marina. **A interseccionalidade e a violência contra mulheres trans negras no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2023

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; BRITO, Walderes. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 297-320, jan./abr. 2014..

MISKOLCI, Richard et al. **Desafios no acesso à saúde para mulheres LGBTI no Brasil.** *Cadernos Pagu*, 2022.

ROCON, Paula et al. **Saúde de mulheres LGBTI no Brasil: barreiras e avanços.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 2024.

SANTOS, Carolina da Silva. **A violência doméstica vivenciada no espaço geográfico pelo corpo feminino: uma análise sobre o movimento de mulheres em São Gonçalo**, 2018.

SANTOS, Carolina da Silva. **A escalaridade do corpo na violência contra mulher: uma análise a partir do município de São Gonçalo - RJ. 2021.** 126f. Dissertação (Mestrado em geografia) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

SILVA, Joseli Maria. **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial.** Organização: Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias feministas: espaço, corpo e política.** Curitiba: Appris, 2014.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.